

29º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

António Carlos do Rosário diz que Governo "matou" a ProIndicus porque atrasou a publicação no BR do contrato de concessão do SIMP



António Carlos do Rosário

Ao quinto dia da sua audição, António Carlos do Rosário foi confrontado com o pedido de emissão de garantia de Estado para um novo crédito a favor da ProIndicus, no valor de 278 milhões de dólares. Era para ser o terceiro financiamento, depois dos 372 milhões e 250 milhões de dólares que a ProIndicus recebeu do Credit Suisse. O pedido foi assinado pelo então Director-geral do SISE, Gregório Leão que, na sua audição em jul-

gamento, alegou que o aumento de mais 278 milhões de dólares visava "acautelar questões operacionais". E remeteu para o então Director Nacional de Inteligência Económica os detalhes. Ontem, António Carlos do Rosário explicou que o objectivo era, por um lado, "restruturar" a dívida da ProIndicus e, por outro, acautelar questões operacionais emanadas pelo Comando Operativo que, por serem classificadas e constituírem segredo de Estado, não os

detalhou.

"Vou falar da parte que visava, através de uma garantia, sossegar os credores e evitar que accionassem a garantia de Estado, porque tínhamos que pagar a primeira prestação de 90 milhões de dólares. Estávamos a ter constrangimentos no terreno com vista à implementação do contrato de concessão do Sistema Integrado de Monitoria e Protecção (SIMP) assinado entre o Governo e a ProIndicus. O contra-

to tinha que ser publicado no Boletim da República para a empresa poder começar a operar na plenitude. A não publicação do contrato de concessão do SIMP no Boletim da República é que matou a ProIndicus e outras empresas”.

António Carlos do Rosário defendeu que o pedido de emissão de uma nova garantia não resultaria numa nova dívida. “Não tínhamos dinheiro para pagar os 90 milhões de dólares, mas apresentamos a carta de conforto pedindo mais tempo para pagar. A ideia era informar que estamos num bom relacionamento com o Governo”. A representante do Ministério Público interrompeu o reu afirmando que garantia de Estado é dívida potencial. Mas o António Carlos do Rosário respondeu: “Dívida potencial não é dívida real. Os bancos não financiaram por causa da garantia de Estado, mas pela viabilidade do negócio. Até hoje não existe evidência nenhuma de que o Estado está a pagar as dívidas das três empresas”.

Perguntado porquê razão a garantia de Estado tinha de ser emitida a favor da Palomar, o reu respondeu que era o veículo

que funcionava como interlocutor junto dos credores. “A EMATUM tinha sido problematizada, havia muito barulho na imprensa, havia muita pressão aqui e o meu nome já tinha sido queimado. Isso retirava-me espaço de manobra em algumas praças financeiras internacionais. Para obviar isso tudo isso, preferimos que fosse uma empresa à parte a fazer esse trabalho”. Os pedidos de emissão de garantias de Estado para o financiamento da ProIndicus foram feitos em 2013, antes da criação do SIMP, em 2014. O reu disse que o SISE foi mandatado pelo então Coordenador do Comando Operativo, Filipe Nyusi, para solicitar a emissão de garantias a favor da ProIndicus, antes mesmo da assinatura do contrato de concessão do SIMP.

Quanto ao facto de a ProIndicus não ter celebrado nenhum contrato de prestação de serviços de segurança às petrolíferas que operam na Bacia do Rovuma, o reu atirou as culpas aos Ministros da Defesa Nacional, do Interior e da Economia e Finanças. “A ProIndicus fez tudo que esteve ao seu alcance para iniciar com as actividades comerciais. Mas o Governo não fez o que

pedimos. O Ministro da Defesa Nacional, juntamente com os Ministros do Interior e da Economia e Finanças, é que deviam assinar o despacho conjunto dos termos do contrato de concessão do SIMP para a sua publicação no Boletim da República”.

À pergunta se antes de recorrer ao financiamento, a ProIndicus terá assegurado, através de contrato promessa ou outro instrumento legal, que as petrolíferas iriam celebrar contratos de serviços de segurança, o reu disse que foram feitos contactos através de canais dos serviços secretos. “O contrato promessa pressupunha a existência da ProIndicus. Mas se formos a ver, as datas de criação e financiamento da ProIndicus são muito próximas. Mas nós já estávamos em contacto com as petrolíferas, tanto é que a empresa que fazia a protecção da Eni veio a usar os escritórios da ProIndicus”. O reu disse que já não se recordava se comunicou formalmente às petrolíferas que o Governo concessionou à ProIndicus a implementação do SIMP e que, por força dessa concessão, havia necessidade de celebração de contratos de prestação de serviços de segurança.

EMATUM era uma empresa comercial com uma componente operativa encoberta

Sobre a EMATUM, a primeira pergunta do Ministério Público foi de saber quando e onde foi decidida a criação da empresa, ao que António Carlos do Rosário respondeu que foi no Comando Operativo, na mesma altura em que foi decidida a criação do SIMP e dos veículos operativos, entre 2011 e 2012. “Nessa reunião estiveram presentes o Ministro da Defesa Nacional, o então Director-geral do SISE e eu. Foi nesse dia em que o Ministro da Defesa Nacional disse que a Monte Binga não devia entrar na EMATUM por se tratar de uma empresa ligada à Defesa. Isso poderia criar boicotes à EMATUM. Por isso o accionista maioritário da EMATUM era o IGEPE (Instituto de Gestão das Participações de Estado).”

Perguntado se a decisão da criação da EMATUM foi levada à consideração do Comando Conjunto (chefiado pelo Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança), o reu respondeu negativamente. “O Comandante-Chefe foi informado pelo Director-geral do SISE e pelo Ministro da Defesa Nacional”. O reu disse ainda que já não se recordava se os accionistas da EMATUM subscreveram em dinheiro as suas participações na empresa. Sobre o nome da EMATUM, António



Embarcações da EMATUM

Carlos do Rosário afirmou que foi a equipa por si dirigida que discutiu e escolheu a designação.

Sobre a motivação para a criação da EMATUM, o reu respondeu que havia dois objectivos, um operacional e outro comercial. “Do ponto de vista operativo, o objectivo era garantir a nossa presença no

mar 24 horas por dia. Isso porque os meios da ProIndicus não ficam permanentemente no mar, não é sustentável. Eles fazem a abordagem depois de o alvo ter sido identificado. A EMATUM é a única plataforma que nos permitia pentear o mar de Ponta D’Ouro até à ponta de Cabo Delgado, incluindo pescar até na Zona Económica

Exclusiva de Madagáscar. Por tanto, com as embarcações da EMATUM teríamos o aviso prévio sobre a pesca ilegal, poluição ambiental, etc”.

Do ponto de vista económico, António Carlos do Rosário disse que o objectivo era captar receitas através da venda do pescado (atum e fauna acompanhante). “Estávamos em condições de garantir que aquele pescado que não qualifica para exportação fosse enlatado. Para a fase dois, tínhamos identificado nas zonas no sul (Inhambane ou Xai-Xai, centro (Pebane) e norte (Memba) locais onde iríamos trabalhar com pescadores artesanais. Montávamos entrepostos de compra de pescado. Isso seria uma fonte de receitas para os pescadores e a EMATUM iria processar esse pescado. Nós tínhamos previsão de fornecer 30 mil latas de atum às Forças de Defesa e Segurança porque chegamos à conclusão de que a componente de alimentação conta muito para a moral das nossas forças”.

Quanto aos accionistas da EMATUM, explicou que a composição foi decidida pelo Coordenador do Comando Operativo.

“Foi ele quem disse que eu devia contactar o Ministro das Pescas e o IGEPE. E como coordenador do SIMP, eu e a minha equipa fomos ter com os titulares. O Ministro das Pescas acolheu a ideia dizendo que há muito que queria pôr a EMOPECA a funcionar. Foi ele quem indicou os quadros do Ministério das Pescas com quem trabalhei. Ele dizia que temos problemas sérios para fiscalizar a pesca porque não tínhamos barcos. Depois fui falar com o Ministro Manuel Chang e ele chamou o PCA do IGEPE, cujo nome não me ocorre. Foi ele quem deu os nomes dos quadros do IGEPE. A EMATUM saiu do papel para o mar”. Questionado como entender que a EMATUM estava ligada às Forças de Defesa e Segurança se o seu objecto social era a pesca, o reu explicou que essa era uma componente encoberta. “As embarcações Ocean Eagles foram adquiridos ao abrigo do contrato de EMATUM, mas foram para a Defesa; o grande centro de controlo em terra foi adquirido ao abrigo do contrato da EMATUM, mas foi para a Defesa”. Para a criação da EMATUM não houve assinatura de nenhum memorando alegadamente

por se tratar de uma empresa operativa. “Quanto menos documentos existirem, melhor para nós. Foi propositado”.

Os accionistas da EMATUM (EMOPESCA, IGEPE e GIPS) não participaram das negociações dos contratos de fornecimento de bens e serviços e de financiamento. “Quem participou foram os titulares dos órgãos sociais da empresa. Mas já não me lembro dos nomes”. No mesmo dia em que foi criada a EMATUM, foi realizada uma assembleia-geral para a eleição do conselho de administração e para deliberar sobre a contratação de financiamento externo.

Questionado quem foram as pessoas indicadas para os cargos, o reu disse que só se lembrava que ele foi eleito PCA. De seguida pediu documentos para “refrescar” a memória. Sobre os critérios de selecção das pessoas, respondeu que foram indicados pelos accionistas. “Para o meu caso pesou o facto de ser coordenador do SIMP e, como tal, tinha que fazer parte dos conselhos de administração das três empresas para facilitar a articulação operativa”.

Reu diz que EMATUM entregou ao Ministério da Defesa Nacional equipamento orçado em 500 milhões de dólares

O estudo de viabilidade da EMATUM junto dos autos previa, em termos de geração de receitas, 224 milhões de dólares a partir do terceiro ano (Dezembro de 2016). “Este estudo foi elaborado pela equipa dirigida por mim e mais dois consultores internacionais. Para a segurança deles, atendendo que este assunto causou problemas para muita gente, tenho a obrigação de os proteger. Por isso, não vou revelar os seus nomes”.

Porque o estudo de viabilidade tinha de ser submetido a várias instituições, incluindo aos bancos que não deviam saber que a EMATUM estava ligada à Defesa e Segurança, não foi revelado explicitamente que a empresa tinha componente paramilitar. “Encontramos uma forma suave de dizer que a EMATUM vai participar na actividade de fiscalização marítima. Mas não existe nenhum documento da EMATUM que diz que a empresa está ligada à Defesa e Segurança. Fizemos isso de propósito porque é uma componente encoberta. A única prova que temos é a transferência do equipamento da EMATUM para a Defesa. Alguns gestores da empresa sabiam que a EMATUM tinha a componente de Defesa e Segurança, nomeadamente eu e os administradores Maria Isaltina Lucas e Henrique Álvaro Gamito.”



Créditos: TVM

À pergunta porquê razão a EMATUM não celebrou nenhum contrato de concessão com o Governo, o reu disse que devido à sua natureza encoberta não devia proceder dessa forma. “Queríamos que as pessoas olhassem para a EMATUM como uma empresa meramente de pesca. Nós temos um centro de controlo das

operações no mar. Está baseado em terra e recebe informações através de meios da EMATUM, os barcos de pesca, de fiscalização e drones. Nem todos os pescadores saberiam que aqueles barcos são também de segurança. Os barcos têm sondas e instrumentos de detecção e comunicação que outros barcos de pesca não têm.

A informação que é captada é lançada directamente para o centro de controlo de operações em terra”.

A EMATUM foi constituída no mesmo dia em que foram eleitos os membros do conselho de administração e foi assinado o contrato de fornecimento de bens e serviços. António Carlos do Rosário explicou que o contrato de fornecimento de bens e serviços à EMATUM foi discutido pela equipa liderada por si liderado. “Não devo dizer os nomes das pessoas por questões de segurança. Fiz juramento”. Questionado como aferir que o preço de cada embarcação não foi empolado, o reu disse que não tinha como saber porque o objectivo era adquirir o pacote completo, incluindo a transferência de tecnologia. “Nós estamos felizes com o pacote completo da solução. Se decidíssemos fazer sozinhos, o preço total seria elevado devido ao custo de instalação e gestão do sistema. O contrato da EMATUM inclui a transferência de tecnologias, algo que as outras empresas não davam”.

O Ministério Público recorreu ao relatório da Kroll para mostrar que a EMATUM gastou 220 milhões de dólares pela compra de três embarcações Ocean Eagle, quando ao preço de mercado poderia ter pago 60 milhões de dólares. Pelas 21 embarcações de pesca do tipo palangreiro, a Kroll disse que a EMATUM pagou 535 milhões de dólares quando ao preço de mercado

poderia ter pago 48 milhões de dólares. Sobre estas questões, o reu remeteu-se ao silêncio. “Prefiro não responder. Relatório da Kroll, não!” Questionado se parte do valor de financiamento da EMATUM (850 milhões de dólares) teria sido usada para a compra de equipamento para a Defesa, António Carlos do Rosário respondeu positivamente.

Consta dos autos que o anterior Ministro da Defesa Nacional, Anastácio Salvador Mtumuke, teria recusado assinar uma carta do SISE relativa à recepção de equipamento de Defesa orçado em 500 milhões de dólares, alegando que o Ministério da Defesa Nacional não tinha recebido tal material. Confrontado com os factos, António Carlos do Rosário disse que não foi ele quem preparou a carta. “Quem preparou a carta foi a Kroll. E consta que prepararam a carta na PGR porque havia necessidade de se esclarecer os 500 milhões de dólares. Vieram ter connosco no SISE a pedir que levássemos a carta ao Ministério da Defesa Nacional. Mais tarde o Ministro Mtumuke explicou-me que se assinasse a carta que a Kroll trouxe eles teriam levado para os bancos que financiaram as empresas para mostrar que o dinheiro foi usado para comprar equipamento de Defesa. Outra razão é que se ele assinasse a carta a confirmar a recepção de equipamento de Defesa, a Kroll iria exigir que fosse conferir e contabilizar os equipamentos”. Per-

guntado se tinha como provar a alegação, o reu disse que não tinha como o fazer.

Uma vez que o grupo Prinvest disse aos auditores da Kroll que os bens entregues à EMATUM estavam em conformidade com o contrato de fornecimento e que não foram fornecidas armas, o Ministério Público perguntou ao reu como é que foi feito o pagamento do equipamento de Defesa que teria custado 500 milhões de dólares, ao que disse que não irá revelar por se tratar de segredo de Estado.

Quando confrontado com algumas contradições entre as suas declarações feitas na PGR e agora no julgamento, António Carlos do Rosário disse que na altura a sua relação com a PGR estava “deteriorada” porque esta instituição tinha permitido a entrada da Kroll no SISE. E mais: o reu disse que na altura estava preocupado em defender os interesses do País e os nomes das pessoas e instituições. “Hoje estou aqui e sinto que devo dizer tudo para me defender. Mas na altura em que fui ouvido pela PGR eu assumia tudo porque estava em funções, eu disse coisas para defender as pessoas e as instituições. A figura que hoje se pretende defender porque se acredita que é inocente, eu sempre a defendi. Não existe uma pessoa na República de Moçambique que mais defendeu essa figura que se pretende defender hoje”, disse, em referência ao actual Presidente da República, Filipe Nyusi.

“É uma aberração dizer que a EMATUM era inviável”

Todas as embarcações de pesca adquiridas pela EMATUM foram consideradas inaptas para o exercício da actividade pelas autoridades marítimas e de pescas, carecendo de algumas intervenções para a sua adequação. Sobre este ponto, o reu disse que era novidade para ele. “A EMATUM operou e até exportou. Temos documentos das Alfândegas que provam que houve exportação de pescado. O que nos foi dito é que as embarcações deviam ser adequadas à legislação nacional. Nós dissemos que a legislação é do tempo colonial e estamos no século XXI. As embarcações eram modernas e a legislação é que está ultrapassada. O próprio INAMAR licenciou nove embarcações que já estavam a operar. Nunca nos disseram que as embarcações eram inaptas”.

Confrontada com as declarações de

Cristina Alice Matavel, antiga CEO da EMATUM, segundo as quais a empresa era inviável devido a vários factores, como os altos custos de operacionalização das embarcações arrastões e a escassez da isca para o atum nas águas moçambicana; os altos custos de seguros avaliados em cerca de 40 mil dólares por trimestre para cada embarcação; e os altos custos diários de atracação no Porto de Maputo avaliados em 258 dólares por cada embarcação, o reu negou categoricamente.

“É uma aberração dizer que a EMATUM era inviável. Houve um estudo de viabilidade aprovado pelos bancos. Cristina Matavel foi indicada pelo IGEPE para a EMATUM, onde começou como directora financeira, foi promovida para administradora e mais tarde para CEO. Durante esse tempo nunca disse que

a EMATUM era inviável e só em 2016, depois de ter cessado as funções, descobriu que a empresa não era viável”. O advogado de António Carlos do Rosário interveio afirmando que Cristina Matavel deu uma entrevista ao jornal Notícias, publicada na edição de 8 de Maio de 2015, na qual defendia que a EMATUM era viável. Alexandre Chivale prometeu juntar o exemplar do jornal ao processo.

Consta dos autos que a EMATUM não tinha infra-estruturas adequadas para a sua principal actividade, que era a pesca de atum, além da falta de pessoal técnico. O reu respondeu que tinha instalações adequadas para a conservação do pescado. “As instalações eram arrendadas. Eram instalações de alta qualidade e até exportávamos pescado para o mercado internacional”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PROGRAMMATIC PARTNER



FINANCING PARTNERS

